

NOSSA HISTÓRIA É VITORIOSA. É POSSÍVEL DEFENDER A CAIXA

A Caixa vive um momento dos mais difíceis, profundamente adverso, que coloca seriamente em risco o seu futuro como instituição pública. A ameaça paira sobre sua condição de empresa responsável por políticas e programas sociais, sem deixar de por em dúvida também a sobrevivência do banco comercial com importância no mercado.

A atual diretoria, com sua vocação ultraliberal, promove o tsunami do desmonte e arrasta a Caixa para o precipício da privatização:

- venda de ativos nas áreas de loterias e de seguros
- desidratação das funções sociais e abertura de espaço para atuação de bancos privados, como no caso da retirada progressiva da exclusividade na gestão do FGTS

- forte redução do quadro de pessoal próprio por meio de planos de demissão “voluntária”, incremento da terceirização de serviços e bloqueio à contratação de concursados e à realização de novos concursos

- fechamento de agência e desestruturação de áreas com extinção de cargos, transferências compulsórias e descomissionamentos
- destruição do Saúde Caixa com redução da participação da empresa no financiamento do plano e exclusão de novos empregados

Não há dúvida de que esse desmonte tira o oxigênio da Caixa e cria as condições para a privatização. Mas será esse um processo irreversível, contra o qual não há resistência possível?

Para o Sindicato, a resposta é NÃO. A secretária-geral da entidade, Fabiana Uehara, lembra que a resistência e a luta dos bancários já foram capazes de fazer frente a esses ataques e impedir que eles atingissem os objetivos do governo e da direção da empresa.

O histórico de enfrentamentos às investidas neoliberais contra a Caixa, desde o governo Collor, registra grandes vitórias do movimento dos empregados:

- readmissão de 2.300 empregados que haviam sido exonerados por Collor de Mello em 1990. A mobilização nacional dos bancários assegurou a reintegração no acordo coletivo daquele mesmo ano
- readmissão de 110 empregados demitidos pelo governo Collor por participação na greve da campanha salarial de 1991. Após 21 dias de greve nacional da categoria, já com o movimento tendo sido julgado ilegal pelo Tribunal Superior do Trabalho, os empregados da Caixa decidiram continuar parados e vieram as demissões. As entidades sindicais e associativas exigiram a reintegração e fizeram campanha com arrecadação financeira para bancar os salários dos de-

mitidos durante um ano. A readmissão ocorreu em outubro de 1992, após o afastamento de Collor da Presidência

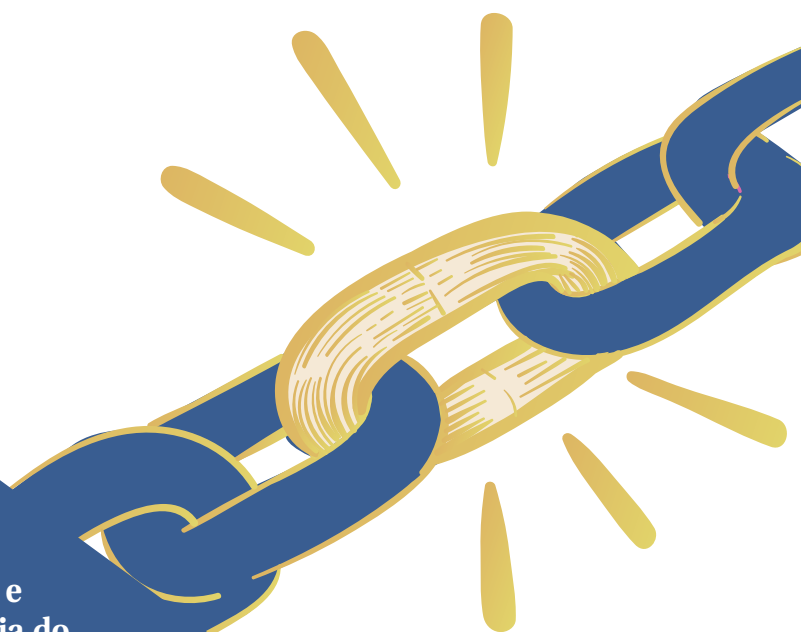
- resistência ao projeto de privatização dos bancos públicos durante os oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso na Presidência. FHC incluiu os bancos federais no seu plano de privatizações logo no início de seu governo, em 1995, e, durante oito anos, atuou para desmontar e privatizar a empresa. A defesa da Caixa como empresa pública permeou as lutas dos empregados durante todo aquele período. Os ataques incluíam planos de demissões “voluntárias”, arrocho salarial (sem reajuste durante sete dos oito anos de governo FHC), fechamento de agências, terceirização, transferências arbitrárias, deterioração das condições de trabalho e de saúde e, inclusive, demissões sem justa causa (RH 008)

- greves nas campanhas salariais do período

de governos do PT (Lula e Dilma) com a conquista de aumentos reais de salários, contratação de empregados (que passou de 54 mil em 2002 para 101 mil em 2014), melhoria progressiva da PLR e criação do Saúde Caixa em substituição ao Pams

- resistência à abertura do capital da Caixa durante o governo de Michel Temer

Fabiana avalia que o processo de desmonte promovido pela atual direção é dos mais abrangentes e precisa ser combatido com o máximo de organização, de unidade e de determinação. “Não podemos nos iludir com a ideia de que são ataques corriqueiros, que logo vão passar, muito menos achar que desta vez são tão fortes que não teremos forças para resistir. O que temos que fazer é lutar, sem trégua, com a confiança que sempre tivemos na vitória em defesa da Caixa 100% pública, em defesa do emprego, do nosso plano de saúde e de condições dignas de trabalho”.



35º CONECEF EMPREGADOS DEFINEM BANDEIRAS DE LUTA

O slogan “Todos contra o retrocesso” foi seguido à risca pelos delegados e delegadas que participaram do 35º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado em São Paulo nos dias 1º e 2 de agosto.

Saúde: Realizar campanhas em defesa do SUS e pelo fim do GDP.

Saúde Caixa: As bandeiras serão o combate à CGPAR 23, a exigência de transparência no plano e a campanha Saúde Caixa para Todos.



Previdência: Aderir às mobilizações da luta contra o desmonte da Previdência Social.

Funcef: Os empregados vão combater a CGPAR 25, reivindicar

a revisão do cálculo do equacionamento e buscar uma solução para o contencioso judicial de origem trabalhista.

Defesa dos direitos: Os ban-

cários querem negociar melhores condições de trabalho e fortalecer a mobilização contra o trabalho aos finais de semana; fim da reestruturação e também dos descomissionamentos arbitrários.

Defesa da Caixa: Intensificar a campanha Caixa 100% pública; realizar oficina de defesa dos bancos públicos; denunciar a demagogia da liberação do FGTS, atuando nas agências durante o pagamento, defendendo a Caixa.

ABERTURA UNIFICADA DO CONECEF E DO CNFBB DESTACA A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE NA DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

A importância da união dos trabalhadores na abertura unificada dos congressos nacionais dos bancários da Caixa e do BB, realizados nos dias 1º e 2 de agosto, em São Paulo, foi destacada pela presidente da Contraf-CUT e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Juvandia Moreira. “Fico feliz de ver aqui bancários da Caixa e do Banco do Brasil, com diversas expressões e sotaques de todo o país. Feliz também porque os planos de resistência que tirarmos aqui chegarão a todos os cantos do Brasil”.

Ela acrescentou: “Os bancários esperam que a gente saia daqui unidos e com um plano de defesa do Brasil, dos empregados, dos funcionários e de defesa dos bancos públicos”.



35º CONECEF: “ESTE CONGRESSO TEM CHEIRO DE RESISTÊNCIA”, AFIRMA ERIKA KOKAY

“Não toque nesta empresa e nos trabalhadores desse país, porque somos a resistência. Este 35º Conecef tem cheiro de resistência. Nós temos história e é em nome dela que vamos construir um novo futuro. Nenhum direito a menos”. O recado foi dado pela deputada e empregada da Caixa, Erika Kokay (PT-DF), no terceiro painel do Congresso, que debateu a “Defesa da Caixa e do que é público”.

Segundo ela, a política econômica do governo é a de entregar o patrimônio brasileiro para o capital estrangeiro. “É a privatização do conjunto do país”, alertou. Para Erika, privatizações como a da Caixa não encontram respaldo social e por isso a estratégia do governo é vender partes dela.



35º CONECEF: EMPREGADOS SE POSICIONAM CONTRA O RETROCESSO

O tema “Resistência ao Desmonte – Não ao Retrocesso” balizou o debate que ecoou no 35º Conecef. O painel abordou questões como a defesa da Caixa 100% pública, o descarte dos direitos trabalhistas conquistados, além da ótica da privatização da equipe econômica do atual governo. Ex-presidenta da Caixa, Maria Fernanda afirmou que o processo de privatização está em curso e faz parte do projeto de governo.



35º CONECEF: PREVIDÊNCIA E SAÚDE MARCAM INÍCIO DOS DEBATES

Os ataques ao sistema de previdência complementar de entidades fechadas e ao sistema de saúde dos trabalhadores foram temas debatidos no 35º Conecef. Paulo Borges, assessor da Fenaef, explicou que o ataque à Previdência tem correspondência nos fundos de pensão. Já o médico Albucassis Pereira trouxe o debate sobre a sustentabilidade do Saúde Caixa, que durante anos se manteve superavitário, mas que desde 2016, está deficitário, um déficit acumulado até 2018 de cerca de R\$ 215 mi.

A defesa do acesso a saúde de forma universal pautou a fala da vereadora Juliana Cardoso. Segundo ela, a sociedade vive hoje um momento político perverso, que tem como foco o desmonte do SUS.



CONECEF APOIA BANCÁRIO QUE SOFRE CENSURA

O 35º Conecef aprovou uma moção de apoio e solidariedade ao bancário Pedro Eugênio que, por meio de ação jurídica impetrada pelo presidente da Caixa, vem sofrendo censura e repetidos ataques ao seu direito de liberdade de expressão. “Reafirmamos e defendemos o direito democrático e constitucional de qualquer cidadão manifestar livremente, opiniões, ideias e pensamentos”, diz um trecho da moção.

ATO NA MATRIZ CONVOCA EMPREGADOS PARA A DEFESA DO SAÚDE CAIXA PARA TODOS

Em ato em frente ao prédio Matriz I da Caixa, no dia 16, dirigentes do Sindicato e de entidades associativas denunciaram a resolução 23 da CGPAR como ameaça ao futuro do Saúde Caixa por reduzir a participação da empresa no financiamento da assistência e excluir novos empregados do plano.

O protesto se insere no processo de mobilização nacional deflagrado no último dia 14, em defesa do Saúde Caixa para todos, conforme deliberação do 35º Conecef, realizado nos dias 1º e 2 de agosto, em São Paulo (leia mais na página 2).

Durante o ato, a secretária de Saúde do Sindicato, Vanessa Sobreira, também empregada da



Caixa, associou o ataque do governo ao Saúde Caixa à transformação da assistência em produto a ser explorado pelo mercado. "É a lógica da privatização. Buscam destruir os planos de saúde das estatais para abrir espaço para as gestoras de planos privados, as-

sim como buscam dismantlar o SUS para deixar o atendimento à população à mercê dos interesses empresariais".

Novos empregados já foram excluídos do Saúde Caixa e terão apenas reembolso de no máximo 50% das despesas mé-

dicas. A exclusão atinge, inclusive, Pessoas com Deficiência (PCDs). A empresa alega que a CGPAR 23 impede que também essas pessoas sejam atendidas pelo plano. Com isso, duas mil PCDs que estão sendo contratadas em todo o país, por determinação judicial de cumprimento da cota de 5%, podem ficar fora do plano.

A mobilização nacional dos empregados exige da empresa a garantia de assistência pelo Saúde Caixa a todos os novos contratados, Pessoas com Deficiência ou não. "Nossa luta é por isonomia plena", resumiu Antônio Abdan, secretário de Relações com a Comunidade e também empregado da Caixa.

DIREÇÃO DECIDE DEVOLVER BILHÕES AO TESOUREIRO PARA ENFRAQUECER A CAIXA

O presidente da Caixa anunciou recentemente a devolução de mais R\$ 7,35 bilhões ao Tesouro Nacional. A medida, aprovada pelo Conselho de Administração da empresa, deve repassar mais R\$ 20 bilhões ao Tesouro até o final do ano, o que tira da Caixa a condição efetiva de prestar os serviços à população brasileira e ameaça o banco enquanto empresa pública.

Os mais de R\$ 7 bi, retirados do lucro obtido no primeiro trimestre de 2019, se somam aos R\$ 3 bi devolvidos em junho, para pagar as injeções de recursos feitas por meio do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) entre 2007 e 2013.

O IHCD é um contrato regulamentado, legal, auditado entre a Caixa e o governo brasileiro. O índice, classificado como híbrido por possuir elementos de participação societária, foi adotado para

que a Caixa aumentasse a oferta de empréstimos sem que a União, seu controlador, capitalizasse com recursos próprios.

O direcionamento dos recursos de IHCDs foi principalmente para investimentos em saneamento básico, habitação popular, financiamento de material de construção e financiamento de bens de consumo para beneficiados do Minha Casa, Minha Vida.

Impactos na PLR

De acordo com Rita Serrano, representante dos empregados da Caixa no Conselho de Administração, a devolução bilionária não impacta na PLR dos trabalhadores, já que não há interferência no lucro, mas no capital do banco.

"A forma intempestiva com que o assunto da devolução está sendo conduzido poderá fragilizar o capital do banco, que teria de ser privatizado para o paga-

mento na íntegra. Mas isso não altera a PLR, que virá em setembro, assim como o aumento real já acordado na convenção da categoria", apontou a conselheira.



EMPREGADOS DEFENDEM DIREITOS CONQUISTADOS E CAIXA 100% PÚBLICA

A retomada da mesa de negociação permanente entre a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) Caixa e a direção da empresa, na terça-feira (27), foi marcada pelo debate de reafirmar a construção do papel público e social do banco, somada à defesa dos direitos dos empregados. Esse princípio foi destacado em duas faixas: “A Caixa é do povo brasileiro” e “Mais empregados para a Caixa e mais Caixa para o Brasil”.

As entidades representativas cobraram a urgente e imediata contratação de mais empregados. Esta medida é considerada fundamen-

tal para acabar com a rotina de sobrecarga de trabalho nas unidades de todo o país.

A questão dos PCDs também carece de solução urgente. A CEE/ Caixa reafirmou que a contratação de duas mil pessoas com deficiência não será suficiente para que o banco cumpra a cota mínima de 5% de PCDs prevista em lei.

Em resposta a essas solicitações, o banco esclareceu depender da autorização formal dos órgãos controladores do governo federal e disponibilidade orçamentária, não havendo até o momento, nenhuma dessas concessões.



Caixa 100% pública

“A defesa da empresa 100% pública soma-se à luta por mais contratações e contra a precariedade das condições de trabalho. Nacionalmente, existe a mobilização contra a reforma da Previdência e a defesa da democracia, sem a qual nenhuma reivindicação será possível. Um dos nossos maiores desafios é defender os trabalhadores e os seus direitos históricos, a democracia e a soberania nacional,” declarou Fabiana Uehara, representante da Contraf/CUT na CEE/ Caixa.

Saúde Caixa para todos

A CEE/ Caixa reforçou a solicitação da inclusão dos empregados admitidos após 01/9/2018 no Saúde Caixa. Hoje, os novos contratados não têm nenhuma assistência à saúde, o que contraria o que foi negociado no ACT vigente. Aprovado no 35º Conecef, a campanha Saúde Caixa vem ganhando força, não só para que os novos tenham os mesmos direitos dos demais empregados mas também para a sustentabilidade do próprio plano de saúde.

SAÚDE CAIXA
para todos

SAÚDE CAIXA É RECONHECIDO PELA EMPRESA: COMO ASSIM?



Em pronunciamento na TV, no dia 20, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse que a empresa fez o “reconhecimento” do plano de saúde dos empregados. Essa afirmação, no entanto, não tem o menor sentido, por dois motivos.

O primeiro é que não cabe à Caixa fazer o reconhecimento do plano. O Saúde Caixa no atual modelo existe desde julho de 2004, e não poderia existir caso não fosse reco-

nhecido, isto sim, pela ANS.

Além disso, antes do atual modelo ser implantado, a assistência à saúde dos empregados já contava com a participação do banco, passando por diferentes modelos, desde os anos 1960. O Saúde Caixa possui uma rede com mais de 24 mil credenciados, entre profissionais, clínicas, laboratórios e hospitais.

A segunda razão é que jamais os empregados reivindicaram que a Caixa “reconhecesse” o Saúde Caixa, até porque, como já afirmado, isso não compete a ela. O que os empregados historicamente reivindicam é que a Caixa adote uma postura transparente ao fazer a gestão do plano. O que infelizmente jamais ocorreu.

Portanto, à Caixa não cabe reconhecer ou deixar de reconhecer o Saúde Caixa, cabe cumprir rigorosamente o que diz a Cláusula 32 do ACT.

“O presidente da Caixa tem proferido discursos demagógicos, como se estivesse preocupado com o cumprimento da legislação e o bem-estar dos empregados. Mas, se isso fosse verdade, o caos, o assédio e a violência organizacional não estariam adoecendo tantos colegas e sendo tão combatidos pelas entidades sindicais”, pontua Maria Gaia, diretora da Federação Centro Norte.

BANCARIOSDF.COM.BR

Após pressão, MP 881 é aprovada sem regras de trabalho aos domingos; CCT dos bancários não permite trabalho aos sábados

EXPEDIENTE

INFORMATIVO **bancárioCAIXA** especial

Presidente Kleyton Moraes | Secretário de Imprensa Rafael Zanon | Conselho Editorial Kleyton Moraes (BB), Fabiana Uehara (Caixa), Cristiano Severo (BRB) e Jorge Kotani (Bancos Privados)
Editor Renato Alves | Redação Mariluce Fernandes e Joanna Alves | Diagramação Gislaíne A. Soares (colaboração) | Fotografia Guina Ferraz | Sede SHCS EQ 314/315 Bloco A, Asa Sul, CEP 70383-400
Contatos (61) 3262-9090 — imprensa@bancariosdf.com.br | Tiragem 10.000 exemplares | Distribuição gratuita | Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Filial à
CUT
Central Única dos Trabalhadores

CONTRAF
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

FETEC CUT
Federação dos Trabalhadores em Empresas de Serviço ao Cliente do Centro Norte